

HISTÓRIA GREGA E ROMANA

Marta Sordi

Tradução: Aurélio Lima Correia

1

História, da raiz que contém, no mundo latino como no mundo grego, a ideia de "ver" e "saber", é, como palavra e como conceito, uma descoberta grega. No mundo grego nasceu a metodologia crítica da pesquisa histórica; na história romana, ressurgiu e, do século XVIII em diante, foi exercitada na nova historiografia crítica da idade moderna. Creio que seja oportuno, o quanto antes, libertar o senso comum da opinião — suscitada por uma famosa definição de Cícero (De legibus I, 5) — de que a história seria, para a cultura grega e romana, mais um setor da retórica e um gênero literário (*opus oratorium... maxime*) do que um método de investigação do real. Mesmo atribuindo um grande valor à relação forma-conteúdo na obra do historiador e mesmo procurando definir o *genus orationis* próprio da historiografia (De oratore II, 62, ss.: *cum lenitate quadam aequabili profluens*), Cícero (como, de resto, nenhum outro no mundo antigo) nunca acreditou poder excluir do número dos historiadores aqueles que se revelassem exíguos na forma e que se limtassem a "não serem mentirosos" (De oratore II, 51; De legibus I, 6).

Quando M. Antônio, cônsul durante o ano 99 a.C. e famoso retórico, afirma no mesmo *De oratore* ciceroniano (II, 62) não conceber a história *usquam separatim instructam rhetorum praeceptis*, isso significa simplesmente que a história não vem tratada nas obras de retórica propriamente ditas e que não era preciso, para formular uma teoria sobre historiografia, remeter-se a tratados sobre retórica, uma vez que não existiam escritos especiais sobre a história.

Na realidade, além da perfeição formal — à qual o próprio Lívio, na sua *Praefatio* (par. 2), mostra não estar particularmente interessado —, o que discrimina o gênero histórico dos outros gêneros literários antigos e modernos relacionados com a narrativa (épica, romance, novela, fábula) é o seu conteúdo. Como bien sabia Aristóteles (*Poetica* 1451b): "o historiador e o poeta não diferem entre si pelo motivo de um escrever em verso e o outro em prosa (mesmo se colocassem em versos a História de Heródoto, esta não deixaria de ser história); o historiador e o poeta são diferentes porque um narra aquilo que aconteceu e o outro aquilo que poderia acontecer". E Políbio, em uma dura crítica ao historiador Filarco — o qual o acusou de dramatizar os acontecimentos —, recorda os objetivos diversos da história e da tragédia, a qual, de maneira semelhante à história, trata das ações humanas (II, 56, 11): "o poeta trágico deve, através de discursos persuasivos, atingir e arrebatrar os ânimos dos ouvintes com a impressão de um momento; o historiador deve informar e persuadir para sempre, com a verdade dos fatos e dos discursos que narra, aqueles que desejam aprender, porque na tragédia conta-se aquilo que é verossímil, mesmo se falso, para o engano dos espectadores; na história, conta-se aquilo que é verdadeiro para a utilidade daqueles que querem aprender."

A história assim concebida — com a distinção que Aristóteles e Políbio perceberam de ângulos diversos, mas que já remonta a Hesíodo (*Theogonia* 26 ss.) entre verdadeiro poético e verdadeiro histórico —, é uma descoberta integralmente grega, no nome e no conceito que exprime. Não que as antigas civilizações orientais e o mundo pré-clássico tenham ignorado a narração de eventos humanos realmente acontecidos ou presumidos e não tenham manifestado a vontade de recordá-los (a memória é, também no mundo grego e romano, a raiz da história), mas porque somente os gregos colocaram com clareza, desde a idade arcaica, o problema da história: isto é, da pesquisa

que visa verificar, além das diversas versões, a existência do fato e a reconstruir, através da crítica, o *tò safés tōn genómenon* (Tucídides), aquilo que do fato pode ser provado.

Foi observado que o termo com o qual, de Heródoto em diante, se indicará a pesquisa histórica deriva do linguajar da controvérsia jurídica e do debate cívico. Em Homero (*Ilíada* 18, 501; 23, 486), *hístōr* é o árbitro que deve julgar os litígios, o juiz ao qual os contendentes se confiam a fim de que entregue o prêmio em questão; ele é, portanto, aquele que decide depois de ter ouvido as versões das duas partes e de ter avaliado quem tem razão. Esta função, que está na raiz de toda atividade judiciária, não era, evidentemente, uma descoberta grega e foi naturalmente exercitada, em modos diversos, nas grandes civilizações que precederam a grega. Contudo, é no mundo grego, com Heródoto e, talvez, já com Hecateu, que o termo característico da controvérsia judiciária é transportado para a esfera intelectual da pesquisa histórica.

É o próprio Heródoto (II, 113 ss.) que, discutindo sobre o mito de Helena, nos revela a polivalência que os termos *historia* e *historein* tinham ainda no tempo em que escrevia: *historein* é o perguntar de quem indaga; *historia* é a resposta a essa pergunta, a informação resultante da pesquisa. Nela e em outra célebre passagem (II, 99, 1), o mesmo Heródoto distingue o conhecimento obtido por testemunho alheio — baseado em informações recebidas — do conhecimento direto, autóptico, e declara que se sente obrigado a fazer referência aos *tà legómena* (aquilo que é dito), mas que não se vê obrigado a acreditar neles. Destes últimos provêm as narrações contrapostas, geralmente ricas de elementos fabulosos, a partir das quais Heródoto narra — sem tomar posição, mas pondo lado a lado as diversas versões — os antigos conflitos, e também a partir das quais descreve os costumes dos povos longínquos.

A passagem ulterior e definitiva na formação do método histórico como crítica do testemunho foi efetuada por Tucídides (I, 22) quando, após ter considerado a deformação inerente a todo testemunho — seja por efeito da *eúnoia* (a "benevolência", que indica aqui toda forma de tendenciosidade e parcialidade), seja por efeito da *mnēmē* (a "memória", atrás da qual podemos captar todas as omissões e deformações involuntárias derivadas do espírito de observação, do ponto de vista e da capacidade de recordar da testemunha) —, afirma a necessidade de sobrepor a crítica e de avaliar com acribia (*akribéia*) não somente as informações recebidas de outrem, mas também aquilo que advém por conhecimento direto, fundando cientificamente, ele que foi um historiador contemporâneo por excelência, a pesquisa histórica relativa a um passado também remoto.

Afirmando a vontade de contar os acontecimentos de uma guerra que havia vivido em primeira pessoa e da qual havia intuído a importância desde o primeiro momento — "colhendo informações não das primeiras impressões, nem como parecia a mim" (*oud'ōs emoi edókei*) —, Tucídides demonstra haver percebido lucidamente a subjetividade não somente de toda testemunha, mas também do historiador. Ele toma contemporaneamente distância não só do ingênuo positivismo de Heródoto (para o qual aquilo que conhecia por experiência direta era, sem sombra de dúvida, a verdade histórica), mas também do ceticismo da sofística (para a qual tudo era sempre e somente *doxa*, opinião, e nenhuma verdade era possível).

Com Tucídides nasce, assim, a história crítica como eurística (pesquisa de todos os testemunhos possíveis: I, 22, 3); como crítica (tomada de consciência das deformações dos testemunhos — "os mesmos fatos são narrados de modo diverso por testemunhas diversas" — e individuação da linha de deformação: *eúnoia* e *mnēmē*); e como reconstituição fundada sobre provas, nos limites do possível (*hóson dunatón*), daquilo que de fato aconteceu (*tò safés tōn genómenon*). Com Tucídides, nasce a história como ciência do provável (= confiável), e não do verossímil: daquilo "que aconteceu" e de que podemos fornecer provas, e não daquilo "que pode acontecer", com base nas condições reafirmadas, depois de Tucídides, por Aristóteles e Políbio.

A esta metodologia — que, após Tucídides, torna-se *conditio sine qua non* para fazer história —, atêm-se, pelo menos na intenção, todos os historiadores gregos e romanos até Amiano Marcelino; a esta exigência não se subtrai nem mesmo a nascente historiografia cristã. O terceiro evangelho, do grego Lucas, inicia com uma declaração de método que, nas palavras usadas e nos conceitos, é integralmente "tucididiana": "Porque muitos tomaram a iniciativa de narrar os acontecimentos (*prágmata*) que ocorreram entre nós, como os transmitiram aqueles que foram, desde o início, testemunhas oculares (*hoi ap'archês autóptai*) e ministros da Palavra, decidi também eu, egrégio Teófilo, após ter avaliado tudo desde o início, com senso crítico (*akribôs*), escrever-te ordenadamente, a fim de que conheças a segurança (*aspháleia*) dos discursos que te foram ensinados."

Há a coleta dos testemunhos de quem teve o conhecimento direto dos eventos; há a análise acribosa (*akribôs*), que remete à acríbia de Tucídides e é termo técnico da historiografia científica grega; há a *aspháleia*, que corresponde exatamente ao *tò safés tōn genoménon*, a certeza daquilo que aconteceu, de Tucídides.

A fase eurística corresponde à coleta dos testemunhos. Na linguagem da história, denominam-se fontes, e os historiadores estão habituados, de Droysen em diante, a classificar as suas fontes, por comodidade e por convenção, em três grandes categorias:

- Os **vestígios mudos**, que são os traços do passado que chegaram até nós (como os restos de um antigo muro ou de uma estrada, uma tumba, um vaso, um topônimo, um antigo uso popular).
- Os **documentos**, que pontualmente fixaram por escrito um evento do passado (como, por exemplo, um tratado de paz ou de aliança, um contrato privado, uma lei, uma carta pessoal, uma moeda com sua inscrição).
- Enfim, a **tradição**, que é a narração que o passado faz de si através das obras dos historiadores.

Quanto maior é a objetividade da fonte, tanto maior é o risco da subjetividade na sua interpretação. Isto vale sempre para os vestígios e, frequentemente, também para o documento, o qual, para ser utilizado corretamente pelo historiador, deve ser colocado em um contexto preciso, no tempo e no espaço: um erro nesta colocação pode levar a mal-entendidos perigosos. O estudo dos vestígios e dos documentos está coligado, como se sabe, a técnicas particulares, que são tarefa específica das disciplinas consideradas "auxiliares" da história: arqueologia, epigrafia, numismática, papirologia.

A tradição — que compreende as grandes obras de historiografia antiga, mas também as notícias de caráter histórico contidas na remanescente literatura antiga — é a mais importante, mas também a mais subjetiva dentre as fontes. Na tradição, os eventos nos vêm já colocados e interpretados segundo a tendência ou a capacidade de compreensão do autor que os transmite. O historiador moderno que se ocupa de história antiga não pode, como Tucídides, interrogar as testemunhas contemporâneas e avaliar-lhes a credibilidade. Entretanto, somente tomando contato, de alguma maneira, com as testemunhas contemporâneas, o historiador pode chegar a uma reconstrução criticamente confiável. Daí a assim chamada análise das fontes (*Quellenuntersuchung*), a qual permite retrazar, sob as confusões e frequentes duplicações dos autores que trabalham em segunda mão, as fontes primárias e os autores contemporâneos que nelas confluem, captar-lhes a tendência e individuar a linha de deformação. Não se trata de um trabalho erudito, destinado somente a delinear um hipotético conjunto de fontes, mas de reencontrar as paixões e os interesses do ambiente do historiador, de entrar, ao vivo, em uma época.

À fase eurística segue a fase crítica. A premissa metodológica de Tucídides permanece, no mundo antigo, a discriminante fundamental do gênero histórico. Voltando ao *De oratore* de Cícero, Catulo responde à pergunta de Antônio sobre os dotes necessários para escrever história (II, 51): *nihil opus est oratore: satis est non esse mendacem*. Cícero está bien consciente de haver reduzido ao essencial os pré-requisitos do historiador e, logo em seguida, confronta a primitiva historiografia romana (para a qual a história era *nihil aliud nisi annalium confectio*) e

a historiografia pré-herodotéia com a historiografia de Heródoto, de Tucídides, de Filisto. Porém, ele não percebeu que, ao reduzir o requisito do historiador ao dever de não narrar aquilo que é falso (ou, como antes dele escrevia Políbio II, 56, 10: "de narrar segundo a verdade todas as coisas ocorridas ou ditas, mesmo se são absolutamente comuns"), simplifica e banaliza o preceito de Tucídides, que precava não somente contra o falso deliberado, mas também contra a verdade do "como parece a mim", convidando a submeter à crítica todo testemunho e a tomar consciência da própria subjetividade.

Das duas fontes desta subjetividade — a *eúnoia* e a *mnēmē* —, a historiografia clássica pós-Tucídides levou em consideração sobretudo a *eúnoia*, precavendo-se, com severas declarações de princípio, contra a parcialidade que nasce do favor ou do ódio, e contra a adulação que deriva da vassalagem a um poderoso. Daí as declarações, tão frequentes nos historiadores clássicos, de querer escrever *sine ira et studio* (Tácito, *Ann.* I, 1, 4) e a condenação das histórias *ob metum falsae* ou compostas *recentibus odiis* (*ibidem*). Mas o problema da parcialidade e da imparcialidade, que se torna o problema dominante da historiografia antiga, é um problema moral, não científico. É uma premissa necessária, sem a qual a crítica não pode sequer ter início, mas não é a crítica de que fala Tucídides. À deformação voluntária da *eúnoia*, Tucídides colocava ao lado, como vimos, a deformação involuntária da *mnēmē*, de todos os condicionamentos ligados à sua própria natureza que o ser humano sofre no seu modo de conhecer os acontecimentos e de referi-los.

A superação do "como a mim parece" torna-se tão difícil também para Tucídides que ele sente a necessidade de acrescentar "segundo é possível" (*hóson dunatón*). E, neste ponto, nenhum historiador honesto se sentiria hoje, sob o risco de cair no mais rude positivismo, mais otimista do que o próprio Tucídides.

O momento crítico representa a segunda fase do procedimento metodológico descoberto com a ciência histórica; a terceira fase, a reconstrução, está coligada ao "pôr em relação" (ou "pôr em série", segundo o linguajar dos epistemólogos modernos).

O primeiro "pôr em relação" é constituído, naturalmente, pelo nexo temporal, a cronologia. Ainda que seja verdadeiro afirmar que a história não nasce necessariamente da cronologia (nas civilizações orientais precedentes à grega havia a crônica, mas não a historiografia crítica), também é verdade que não há história sem cronologia, e que aquilo que distingue a lenda e a fábula da história é, antes de tudo, a temporalidade do "era uma vez..."

O modo com o qual o mundo grego e romano estabelece o nexo temporal não é diverso daquele de muitas civilizações pré-gregas e daquele que ainda é usado entre os povos primitivos: o cálculo por gerações; a lista dos epônimos (por exemplo, os arcontes atenienses e os cônsules romanos); o cálculo por intervalos de anos em relação a uma data-chave; o cômputo baseado em eras, como o cálculo *ab urbe condita* ou *post Christum natum*. Porém, mesmo aqui, a novidade que os gregos trazem em relação às civilizações pré-clássicas brota de uma diversa sensibilidade crítica. Heródoto (II, 143), ao referir-se a Hecateu — segundo o qual somente dezesseis gerações de seres humanos o separavam da idade dos deuses (sendo que os sacerdotes egípcios haviam respondido enumerando trezentas e quarenta e cinco gerações de seres humanos, antes das quais os deuses haviam reinado no Egito) —, descobre, pela primeira vez e pelo confronto de tradições cronológicas diversas, a autoconsciência variada dos povos. Tucídides (V, 20, 2) explica a sua escolha pelo cálculo de verões e invernos, ao invés daquele por arcontes, éforos ou sacerdotisas epônimas (preferido por Helânico, que o critica em I, 97, 2), transformando, deste modo, o uso empírico de uma cronologia em um método.

O uso do cálculo por Olimpíadas — já presente provavelmente na historiografia ocidental desde Filisto e Timeu, e posteriormente adotado por Políbio —, permite aos gregos desamarrar a cronologia da relatividade dos usos locais e ligá-la a uma norma pan-helênica. Enquanto isso, o recurso ao sincronismo com os acontecimentos relativos ao mundo romano (ao qual a historiografia grega recorre já no século IV, e que a nascente historiografia

romana adota, pelo que parece, já com Fábio Pictor) permite fundar sobre uma base crítica uma historiografia potencialmente universal. Com a difusão do domínio de Roma, abre caminho a ideia de que a história não pode mais ser aquela de uma só cidade, de um só povo ou de uma época particular, mas "de todo o mundo, como se fosse uma única cidade" (Diodoro I, 3, 6). O esquema cronológico no qual esta história está inserida combina sincronisticamente os epônimos atenienses com os romanos (segundo o esquema analítico referente aos *Annales*) e os anos olímpicos. Um passo ulterior nesta direção é dado pela historiografia cristã, com aquela geral revisão crítica do problema cronológico e aquele esquema de rede de sincronismos — não mais relativos somente ao mundo grego e romano, mas também à história judaica e oriental —, que é a crônica de Eusébio, fundada sobre a obra de cronografia de Sexto Júlio Africano, ponto de chegada da ciência cronológica antiga.

Assim como a cronologia, revela-se igualmente importante para o "pôr em relação" a geografia. O acontecimento entra na história quando é inserido, além do tempo, também no espaço, diversamente do que ocorre na fábula, que foge de determinações espaciais precisas e coloca os acontecimentos de seus personagens em países longínquos e desconhecidos. Portanto, não por acaso, na Grécia, o conhecimento geográfico precede e acompanha o nascimento da história: a *ktísis* (história da fundação das cidades) e a *periégesis* (descrição geográfico-etnológica dos territórios) revelam-se, na evolução literária dos séculos VI e V a.C., as matrizes originais da nascente especulação histórica e da geográfica, as quais, nascidas no mesmo ambiente cultural e levadas a cabo pelos mesmos autores, procedem depois por caminhos autônomos, sem nunca renegar, por outro lado, a origem comum. A ligação que, na época de Augusto, Estrabão (I, 1, 22/23) reconhece entre a sua obra histórica (para nós perdida) e a sua obra geográfica não é resultado de um insólito acoplamento operado pelo historiador-geógrafo de Amaseia, mas a explicitação de uma relação que a historiografia grega havia percebido como estreitíssima desde as suas origens, e que a historiografia romana perpetuava.

Se a colocação no espaço e no tempo é o primeiro e fundamental aspecto do "pôr em relação" — uma colocação sem a qual nenhuma história é possível —, os antigos também são conscientes de que cronologia e geografia não fazem, sozinhas, a história. Semprônio Asellione, um historiador romano da época dos Gracos, escreve em um fragmento conservado por A. Gellius (N.A. V, 17, 7 = fr. 2 Peter): *Scribere... bellum initum quo consule et quo confectum sit et quis triumphans introierit ex eo bello quaeque in bello gesta sint... id fabulas pueris est narrare, non historias scribere*; e, em outro fragmento citado logo acima pelo mesmo Gellius (fr. 1 Peter), explicando a diferença entre os *Annales* e a *Historia*, diz: *non modo satis esse video, quod factum est, id pronuntiare, sed etiam quo consilio quaque ratione gesta essent demonstrare*.

A descoberta do assim chamado nexu causal, como momento mais verdadeiro e avançado do "pôr em relação", é fruto também da historiografia grega. Heródoto (I, 1, 1) escreve a sua história para demonstrar "por que causa (*aitía*) gregos e bárbaros combateram entre si"; Tucídides (I, 23, 5) indica desde o início as *aitíai* da Guerra do Peloponeso a fim de que não se pergunte ulteriormente por que foi desencadeada uma guerra tão importante. Na realidade, ele sabia que a opinião pública atribuía à guerra "causas" diversas (o decreto contra Mégara) daquelas que ele julgava determinantes (o crescimento do império ateniense e o medo por parte de Esparta). As causas (*aitíai*) de que falam os antigos são os condicionamentos objetivos e os motivos subjetivos das ações humanas que devem ser individuados para além das motivações proclamadas e propagandeadas por tais ações; não são causas deterministicamente estabelecidas. Daí a distinção, já frequente em Heródoto, entre os motivos enunciados por palavras (*lógoi*) e aqueles pelos quais, em verdade, se opera (*érgoi*): *quo consilio quaque ratione*. Disso se segue que as causas podem ser cultivadas de modo diverso por diversos autores, e que é possível um "pôr em relação" diverso dos mesmos acontecimentos, segundo o juízo dos historiadores, como intui com agudeza o cristão Orósio (III, praef. 1): *scriptores autem etsi non easdem causas, easdem tamen res habuere propositas*, acrescentando que pretende dar dos acontecimentos não a imagem, o aspecto exterior apreciável por um observador superficial, mas a vis, isto é, o significado.

O que constitui na mentalidade antiga, pagã e cristã, o método da história e fecunda a consciência histórica é, pois, a verificação — mediante a coleta e a crítica dos testemunhos — da confiabilidade do fato narrado (o *tò safés tōn genoménon* de Tucídides) e a capacidade crítica de colocar em relação tal fato, inserindo-o em um sistema espacial e temporal coerente e em um desenvolvimento "causal", a ponto de dar ao próprio fato o seu significado. Sobre este ponto, o mundo antigo é concorde, e a sua herança metodológica permaneceu intacta até nossos dias. A cientificidade da história não deriva, pois — como foi afirmado por alguns epistemólogos modernos —, da cientificidade das leis que o historiador assume de outras disciplinas, mas daquilo que aconteceu, frequentemente no modo mais imprevisível (os antigos sabiam bem que o *paradoxon* faz parte da história) e, algumas vezes, em consequência da loucura dos homens, mas sempre com base na concomitância das circunstâncias.

A cientificidade da história nasce da completeza da fase eurística, da agudeza da análise crítica e da capacidade intuitiva do historiador, que é tanto maior quanto maior é o seu conhecimento de um determinado passado.